

[Clique aqui para
acessar o texto
atualizado](#)



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PRESIDÊNCIA

ATO N. 327/TST.GP, DE 3 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de adequar a utilização de serviço móvel pessoal e o uso de aparelho telefônico móvel e seus acessórios adquiridos pelo Tribunal Superior do Trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º A utilização de serviço móvel pessoal e o uso de aparelho telefônico móvel e seus acessórios adquiridos pelo Tribunal Superior do Trabalho observará o disposto neste Ato.

Art. 2º Os serviços e os aparelhos contratados classificam-se em 3 (três) modelos, respectivamente nomeados de modelos A, B e C, de acordo com o perfil de tráfego, os serviços disponíveis e a estimativa mensal de uso em minutos contratados.

Art. 3º As linhas telefônicas habilitadas nos aparelhos de modelo A terão a seguinte destinação:

- a) 27 (vinte e sete) linhas para os Ministros;
 - b) 1 (uma) linha para a Secretaria-Geral da Presidência;
 - c) 1 (uma) linha para a Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
 - d) 1 (uma) linha para o Gabinete da Diretoria-Geral da Secretaria;
 - e) 1 (uma) linha para o Gabinete da Secretaria Geral-Judiciária;
 - f) 1 (uma) linha para a Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
 - g) 1 (uma) linha para a Secretaria da ENAMAT;
 - h) 1 (uma) linha para a Secretaria de Comunicação Social;
 - i) 1 (uma) linha para a Coordenadoria de Serviços Especiais e Logística;
- (Redação dada pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020)*
- j) 1 (uma) linha para a Assessoria Parlamentar;
 - k) 1 (uma) linha para cada Juiz Auxiliar convocado;
 - l) 1 (uma) linha para o Gabinete da Presidência;
 - m) 1 (uma) linha para o Gabinete da Vice-Presidência;
 - n) 1 (uma) linha para cada Desembargador convocado; e

o) 1 (uma) linha para uso de servidor em desempenho de missão de interesse do Tribunal, devidamente autorizado pelo Diretor-Geral da Secretaria; e

p) 1 (uma) linha para a Secretaria Institucional de Segurança. ([Incluída pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020](#))

Art. 4º As linhas telefônicas habilitadas nos aparelhos de modelo B terão a seguinte destinação:

a) 2 (duas) linhas para a Secretaria de Tecnologia da Informação;

b) 1 (uma) linha para a Secretaria de Comunicação Social;

c) 1 (uma) linha para a Secretaria de Gestão de Pessoas;

d) 1 (uma) linha para a Assessoria Parlamentar;

e) 1 (uma) linha para o Cerimonial da Presidência;

f) 1 (uma) linha para a Coordenadoria de Segurança; ([Redação dada pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020](#))

g) 1 (uma) linha para a Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

h) 2 (duas) linhas para a Coordenadoria de Serviços Especiais e Logística; ([Redação dada pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020](#))

i) 3 (três) linhas para a Secretaria Especial de Integração Tecnológica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

j) 1 (uma) linha para um servidor escolhido pelo Ministro em seu Gabinete;

e

k) 2 (duas) linhas para a reserva técnica.

Art. 5º As linhas telefônicas habilitadas nos aparelhos de modelo C terão a seguinte destinação:

a) 28 (vinte e oito) linhas para os motoristas de Ministros;

b) 7 (sete) linhas para a Coordenadoria de Serviços Especiais e Logística; ([Redação dada pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020](#))

c) 5 (cinco) linhas para a Coordenadoria de Segurança; ([Redação dada pelo Ato n. 117/GDGSET.GP, de 10 de março de 2020](#))

d) 4 (quatro) linhas para a Assessoria Parlamentar; e

e) 2 (duas) linhas para o Cerimonial da Presidência.

f) 4 (quatro) linhas para a Secretaria de Comunicação Social; ([Redação alterada pelo art. 1º do ATO TST.GP. Nº 365/2019](#))

Art. 6º A utilização dos celulares de modelo B e C fica restrita para fins de serviço, sendo vedadas:

I – ligações internacionais (DDI) ou interurbanas (DDD);

II – a realização de ligações para auxílio à lista, hora certa, despertador, programação de cinema, eventos, etc., bem como para os prefixos 0300, 0500 e 0900.

Parágrafo único. A cobertura dos gastos com ligações interurbanas (DDD) será admitida quando ocorrerem nas viagens em objeto de serviço.

Art. 7º Os valores máximos custeados mensalmente pelo Tribunal, excluído o valor da assinatura, são os seguintes:

I – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para os aparelhos de modelo B;

II – R\$ 100,00 (cem reais) para os aparelhos de modelo C.

§ 1º Não estão sujeitos a limite de valor os gastos efetuados pelos usuários dos aparelhos de modelo A.

§ 2º Os valores correspondentes ao excedente ao limite mensal serão ressarcidos pelo usuário mediante desconto em folha de pagamento.

Art. 8º Compete ao usuário:

I – responsabilizar-se pela guarda do equipamento;

II – obedecer às recomendações do fabricante e às normas técnicas das concessionárias;

III – zelar pela utilização econômica do serviço, evitando ligações prolongadas, desnecessárias e em local que disponha de sistema de telefonia fixa;

IV – comunicar formal e imediatamente à Administração do Tribunal a ocorrência de defeito, avaria ou perda do aparelho, bem como furto ou roubo deste, sendo de sua responsabilidade a reposição do aparelho nos casos de perda, roubo e estragos decorrentes de má utilização;

V – atestar a(s) fatura(s) mensais, devolvendo-a(s) ao setor responsável pela fiscalização contratual no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da(s) fatura(s);

VI – assinar autorização para desconto em folha de pagamento do valor excedente ao limite mensal autorizado, se for o caso, conforme disposto no art. 7º.

Parágrafo único. As disposições do item IV não se aplicam aos ministros.

Art. 9º Caberá à Administração do Tribunal, por intermédio do Fiscal do Contrato, comunicar ao usuário do aparelho celular, com antecedência razoável, o término da vigência contratual e, se for o caso, da eventual indisponibilidade de uso do aparelho.

Art. 10. No caso previsto no inciso IV do art. 8º, caberá ao Setor responsável pela fiscalização contratual adotar as providências necessárias a fim de normalizar o serviço e, no caso de defeitos técnicos, fornecer novo aparelho.

Art. 11. Para a liquidação das despesas decorrentes da utilização dos serviços de telefonia móvel, a comissão de fiscalização encaminhará ao usuário, mensalmente, a(s) fatura(s) de cobrança para conferência e atestação, na forma prevista no inciso V do art. 8º.

Art. 12. Mediante autorização da autoridade descrita no art. 3º a que estiver subordinado, fica facultado aos servidores relacionados nos arts. 4º e 5º o uso de celular próprio e respectiva linha, observadas, no que couber, as disposições constantes neste Ato.

Parágrafo único. Serão ressarcidas mediante requerimento, as ligações até o limite mensal previsto no art. 7º, conforme o caso, exceto:

I – o valor da assinatura;

II – as ligações internacionais (DDI) ou interurbanas (DDD);

III – as ligações para auxílio à lista, hora certa, despertador, programação de cinema, eventos, etc., bem como para os prefixos 0300, 0500 e 0900.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e revoga o [ATO.GDGSET.GP.Nº 203/2011](#), o [ATO.GDGSET.GP.Nº 708/2012](#), o [ATO.GDGSET.GP.Nº 829/2012](#) e o [ATO.GDGSET.GP.Nº 180/2013](#).

MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

(*) [Republicado por força do art. 2º do ATO TST.GP. Nº 365/2019.](#)

Este texto não substitui o publicado no Boletim Interno do Tribunal Superior do Trabalho.